



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PESCA**

**ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO PARA O ESCOAMENTO
DA PRODUÇÃO PESQUEIRA ARTESANAL – PRAINHA DO
CANTO VERDE – BEBERIBE/CE**

QUEZIA MELO MARTINS

**Monografia apresentada ao Departamento
de Engenharia de Pesca do Centro de
Ciências Agrárias da Universidade Federal
do Ceará, como parte das exigências para a
obtenção do título de Engenheiro de Pesca.**

**FORTALEZA - CEARÁ - BRASIL
JANEIRO/2007**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^a. Maria Lucia de Sousa Moreira, M.Sc
Orientadora/Presidente

Prof. Rogério César Pereira de Araújo, Phd
Membro

Prof^a. Rosemeiry Melo Carvalho, D.Sc
Membro

VISTO:

Prof. Moisés Almeida de Oliveira, D.Sc
Chefe do Departamento de Engenharia de Pesca

Prof^a. Raimundo Nonato de Lima Conceição, D.Sc
Coordenador do Curso de Engenharia de Pesca

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M345e Martins, Quezia Melo.

Estratégias de organização para o escoamento da produção pesqueira artesanal —
Prainha do Canto Verde — Beberibe/Ce / Quezia Melo Martins. – 2007.
57 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, 3,
Fortaleza, 2007.

Orientação: Profa. Ma. Maria Lucia de Sousa Moreira.

1. Pescadores - Brasil, Nordeste. 2. Pescadores - Produção pesqueira. 3. Engenharia de Pesca. I. Título.

CDD

Com saudades, dedico esta monografia à doce memória da minha mãe-avó, Maria Luiza.

Com gratidão, dedico à minha mãe, Vânia, que me deu a vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua infinita misericórdia e bondade; por me fazer chegar até aqui e me cuidar com amor.

À comunidade da Prainha do Canto Verde, por sua história de luta e trabalho árduo na arte de pescar, e pela incessante vontade de aprender e ensinar.

Ao Lindomar, que não mediu esforços em colaborar com este trabalho.

À minha companheira de todas as horas, Fabíola Filgueiras Lôbo, que me ensinou o “aceitar”, e mesmo que eu não a compreendesse, “aceitei”.

À Nadja Greison, que me incentivou e me ajudou desde a realização do vestibular até a conclusão do curso.

Às minhas amigas: Karla, Larissa e Rogelle, por estarem presentes no início e continuarem comigo até a chegada.

À Katiane, Cássia e os que não estão citados por extenso, e sim presentes em meu coração, pela companhia, carinho e apoio compartilhados no decorrer dessa trajetória.

À professora Silvana Saker, por cumprir tão bem sua profissão. Como mestre, ensina com ardor: como pesquisadora, leva a ética acima de tudo; como amiga, abraça e ouve a todos que dela precisa.

À professora Maria Elisabeth Araújo, que mesmo distante continua sendo pra mim um exemplo a seguir. Mestre, amiga, orientadora e um ser humano espetacular.

Aos funcionários do DEP, que me ajudaram sempre que possível. À Leni, pelo apoio nas horas de dificuldades e ao Sr. Edilson, pelas horas de descontração e amizade.

À professora Maria Lúcia, por sua orientação.

Aos meus tios, Juarez (*in memoriam*) e Rita, por sempre terem acreditado em meu potencial.

Enfim, a todos os amigos presentes em minha vida.

SUMÁRIO

RESUMO	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE GRÁFICOS	ix
LISTA DE ANEXOS	x
1. INTRODUÇÃO	01
2. OBJETIVOS	04
2.1. Objetivo Geral.....	04
2.2. Objetivos Específicos.....	04
3. Contextualização da Realidade das Comunidades Pesqueiras.....	05
4. A Problemática da Pesca Artesanal no Brasil.....	08
5. Situação da Pesca Artesanal no Ceará	12
6. Situação da Pesca Artesanal - Prainha do Canto Verde.....	18
7. Estratégias de Organização.....	22
8. Organização Pesqueira Artesanal.....	27
9. METODOLOGIA	31
9.1. Caracterização da Área de Estudo e Delimitação do Problema de Pesquisa.....	32
10. RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

RESUMO

O presente trabalho busca identificar as estratégias de organização dos pescadores da Prainha do Canto Verde em Beberibe no Ceará para o escoamento da sua produção pesqueira. Discute a questão da organização comunitária de produção e o processo de comercialização via Associação de Moradores que possui inserido na mesma o Conselho de Pesca da comunidade. Contextualiza a realidade da pesca artesanal no Brasil, em particular na comunidade pesquisada e uma breve discussão dos conceitos das estratégias de organização, inclusive no âmbito da pesca artesanal para em seguida expor algumas situações vivenciadas pelos pescadores da Prainha do Canto Verde que tem se configurado como desafio no processo da comercialização do pescado frente à ação dos atravessadores. Privilegia-se uma abordagem qualitativa na pesquisa onde foram utilizados os seguintes processos: a observação direta através da vivência na comunidade, visitas e conversas informais com os pescadores e um estudo qualitativo do material bibliográfico. A conclusão dessa pesquisa revela que a história das lutas e conquistas da Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde se concretiza através do seu potencial organizativo e se reflete no enfrentamento da organização do escoamento da sua produção, vislumbrando uma possibilidade de autogestão da produção pesqueira feita de forma sustentável.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Desenho ilustrativo da Reserva Extrativista	19
Figura 2: Capa do livro “Nossa História”	34
Figura 3: Placa indicativa do Estaleiro Escola	34
Figura 4: Catamarãs	35
Figura 5: Vista aérea da comunidade e suas embarcações	38
Figura 6: Entrepósito comunitário	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quanto a participação dos pescadores na Associação ...	40
Gráfico 2: Quanto a posse das embarcações	41
Gráfico 3: Quanto à venda da produção	41
Gráfico 4: Quanto a existência de diferença entre o peixe comercializado pela Associação e pelo atravessador	42
Gráfico 5: Quanto a prática do preço mais justo	43
Gráfico 6: Quanto a avaliação da atuação da Associação	43

LISTA DE ANEXOS

Anexo Único: Questionário aplicado aos pescadores

ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO PARA ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO PESQUEIRA ARTESANAL – PRAINHA DO CANTO VERDE – BEBERIBE/CE

QUEZIA MELO MARTINS

1. INTRODUÇÃO

Os problemas que ocorrem nas comunidades pesqueiras, principalmente aqueles que dizem respeito à organização da produção e dos produtores são muitos, seja por falta de assistência técnica, apoio governamental ou ainda por falta de condições próprias para a organização do trabalho comunitário em torno da produção e do escoamento da mesma. Nas sociedades complexas, segundo CURY (1994), “o homem, em todas as etapas de sua vida, desde o nascimento até a morte depende das organizações, é controlado pelas organizações e nela passa maior parte de seu tempo”.

Ainda segundo o mesmo autor, “as organizações, dentro do campo social, são as formas mais racionais e eficazes que se conhece de agrupamento social. Coordenando um grande número de ações humanas, a organização cria um poderoso instrumento social que, combina seu pessoal com seus recursos, unindo em um mesmo processo, dirigentes, especialistas, trabalhadores, máquinas e matérias-primas”.

Após anos de exploração, fosse por parte de marchantes ou atravessadores, que são intermediários no processo de comercialização do pescado, e até mesmo por grileiros, especuladores imobiliários, ou por falta de uma organização comunitária, a comunidade da Prainha do Canto Verde localizada a 126 km de Fortaleza, se viu necessitada de uma organização a qual servisse aos interesses da comunidade.

Atualmente a comunidade possui uma Associação de Pescadores que é considerada como uma espécie de modelo organizacional para as demais comunidades pesqueiras do litoral cearense.

Através da Associação a comunidade conseguiu organizar e canalizar os interesses populares, para uma defesa eficaz no que concerne à proteção da comunidade dos efeitos predatórios, tanto espacial, quanto produtivo.

A experiência da Prainha do Canto Verde, já pesquisada por estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à ONGs, retrata que a organização da associação de produtores é fundamental tanto para a preservação do meio ambiente, quanto para o enfrentamento das dificuldades inerentes a produção e seu escoamento; mostrando o quanto é necessário ir além da concepção arcaica de que a produção pesqueira artesanal não tem condições de acompanhar a evolução mercadológica e manter-se economicamente estável.

A leitura de alguns trabalhos produzidos sobre a Prainha do Canto Verde, a realidade propriamente dita no que se refere aos avanços e desafios desta localidade para manter-se preservada das agressões ao meio ambiente, a temática da pesca artesanal e o fato de ter convivido com os moradores através de uma estadia de alguns meses, se constituíram da principal motivação para realizar esta pesquisa.

Diante do potencial organizativo em vários setores da comunidade alguns questionamentos foram se configurando para a realização dessa pesquisa. Como esse potencial para a organização e como a própria luta da comunidade para preservá-la das especulações comuns ao litoral estariam presentes no escoamento da produção pesqueira da comunidade? De forma mais específica, que estratégias de organização estariam sendo utilizadas para escoamento da produção pesqueira artesanal? É lógico que o uso de estratégias vindo do coletivo com a finalidade de atingir um bem comum a todos, pressupõe que a comunidade esteja minimamente organizada para concebê-las.

A intenção desse trabalho é, portanto, contribuir com o acervo das discussões em torno da realidade da Prainha do Canto Verde e o foco do mesmo é a organização para o escoamento da produção. Considera-se que o tema seja

pertinente pela complexidade que o mesmo supõe, pois a organização da produção já é uma tarefa difícil, a organização das pessoas para escoá-la, é uma tarefa desafiante.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Identificar as estratégias de organização da Associação de Pescadores da Prainha do Canto Verde no que se refere à produção do pescado e seu escoamento.

2.2. Objetivos Específicos

- Compreender e explicitar como se dá a relação entre pescadores e associação no processo de escoamento da produção;
- Identificar a existência de propostas alternativas dos pescadores para o desenvolvimento da pesca na Prainha do Canto Verde, principalmente, em relação ao escoamento da produção;
- Fazer uma breve análise das estratégias de organização da Prainha do Canto Verde para produzir e escoar a produção.

3. Contextualização da Realidade das Comunidades Pesqueiras

“As comunidades pesqueiras marítimas historicamente usufruem dos recursos naturais, relacionam-se socialmente e produzem em dois meios, a partir da unidade histórica terra-mar que consubstancia representações e em práticas da ordem espacial e territorial.” (MALDONADO, 1994).

As comunidades pesqueiras são caracterizadas por um trabalho muito peculiar, a pesca artesanal, que é realizada em mar aberto, rios, açudes, entre outros. Há também outras ocupações manuais e artesanais como fonte de renda, dentre elas pode-se citar o labirinto, o bordado, a renda, a fabricação e o reparo de artefatos de pesca, os pequenos plantios de subsistência, entre outros. Nessas comunidades há um traço marcante: a relação do trabalho familiar fundamentada por laços de afetividade, de parentesco e apadrinhamento. Essas relações são embasadas na solidariedade e respeito mútuo, que no passado ganharam destaque na luta em defesa pela posse da terra.

A tranqüilidade de uma colônia de pesca, sua proximidade com o mar, um paraíso longe da turbulência da cidade grande é um sonho para muitos. Mas a realidade é bem outra. O contato direto com a natureza é quase sempre extenuante, a tranqüilidade é apenas aparente e, de perto, mal dá para esconder a vida dura, incerta e perigosa dos pescadores artesanais. Assolados pela situação econômica do País, pela destruição dos manguezais e, principalmente, pela pesca predatória, esses pescadores estão à beira do desaparecimento.

Sobrevivência é hoje a palavra de ordem em todas as comunidades pesqueiras. Se a pesca não está dando para sustentar a família, face à escassez dos recursos pesqueiros decorrente do incremento do esforço de pesca, associado ao processo de uso e ocupação nas franjas litorâneas, pescadores artesanais vêm sendo compelidos, cada vez mais a abandonar a profissão. O jeito é torna-se caseiro de veranista, ir para cidade, empregar-se numa indústria ou, pior ainda, engrossar o número cada vez maior de desempregados nas áreas urbanas; vender seus apetrechos de pesca e embarcar nos grandes navios de

pesca como tripulante ou continuar a praticar sua pesca de pequena escala, sobrevivendo da economia de subsistência. Desta forma constituem o segmento social mais afetado pela crise do setor pesqueiro. “Nesse contexto, as comunidades litorâneas que tinham na pesca sua principal atividade econômica, hoje incorporam, para além da pesca, outras atividades produtivas e não produtivas que constituem importantes elementos na definição da renda e do seu modo de vida, contribuindo para o aumento do grau de complexidade e, em alguns momentos, de dificuldades, no que se refere à construção da sustentabilidade sócio ambiental destas comunidades”, ressalva SILVA, 2003.

A culpa, afirmam os pescadores artesanais e os pesquisadores, é da pesca predatória, da competição desleal da frota industrial, da pressão do mercado (sistema de preços, dependência ao atravessador e da demanda crescente por poucas variedades de pescado), além da perda de identidade cultural, entre outras, vêm agravando a situação dos estoques pesqueiros e das comunidades de pescadores artesanais. O descaso, por parte da administração pública, frente a todas estas questões, acentua o êxodo populacional das comunidades para grandes centros urbanos, processo que acarreta alterações drásticas em seus estilos de vida, minando pela base suas chances de sobrevivência.

As comunidades pesqueiras são constituídas por marisqueiros (coletores manuais de recursos) em áreas de manguezais; pescadores em embarcações a remo ou vela atuando em ambientes estuarinos e próximos a costa e pescadores em embarcações motorizadas com atuação nos limites do mar territorial (aproximadamente 12 milhas náuticas).

Neste sentido, permanecem níveis elevados de pobreza nas comunidades pesqueiras artesanais/pequena escala. Entre as razões da persistência da pobreza figuram fatores internos e externos ao setor pesqueiro: vulnerabilidade; alto grau de analfabetismo; o acesso inseguro aos recursos; tendências de esgotamento dos recursos; características de uso e ocupação da zona costeira; baixo nível socioeconômico político; falta de apoio político e financeiro; dificuldades de acesso a benefícios sociais; complexidade da legislação que rege a categoria e conflito com barcos industriais e outros setores econômicos na zona

costeira. Mas, apesar das dificuldades e do tempo gasto no mar, do sol cáustico, do vento forte, da tensão quando se tem que atravessar uma barra, do sal e das dificuldades para sustentar a família, os pescadores tentam fazer da vida em suas comunidades a mesma de tempos atrás. Ao chegarem do mar, ainda se reúnem à beira da praia para se interarem dos ocorridos do dia. SILVA, 2003 afirma que *“outro relevante aspecto da pesca artesanal é a rede de solidariedade que se estabelece entre os pescadores artesanais ativos e pessoas que estão impossibilitadas de trabalhar pelos mais diferentes motivos. Quando uma embarcação artesanal chega de uma pescaria, é comum observar na beira da praia toda uma movimentação em torno dela e constata-se que mesmo com todas as dificuldades que os pescadores passam, a solidariedade com as viúvas, os mais velhos, com aqueles que estão adoentados e as crianças, fica patente – materializando-se através de doações de parte da produção”*.

Os índices de desenvolvimento humano dos municípios (IDHM) onde se situam as comunidades pesqueiras são em média classificados como baixo. Pode-se constatar que ao longo das últimas décadas, o IDHM permanece aquém de um patamar que pudesse ser considerado satisfatório, segundo critérios estabelecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, principalmente com relação ao índice de renda.

4. A Problemática da Pesca Artesanal no Brasil

A pesca pode ser considerada uma das últimas atividades de caça realizada em grande escala em todo mundo. No Brasil, o pescado é uma das quatro maiores fontes de proteína animal para consumo humano. Estimativas indicam que esta atividade é responsável pela geração de 800 mil empregos diretos envolvendo 300 companhias industriais de captura e processamento de pescado. Ainda, em termos de geração de emprego e alimento, a pesca representa o único meio de sobrevivência para um contingente de aproximadamente quatro milhões de brasileiros que vivem ao longo da zona costeira. (IBAMA, 2004)

A atividade pesqueira caracteriza-se pela dualidade dos processos produtivos: um denominado como pesca industrial, marcado pelo alto custo econômico e ecológico da atividade e pela concentração da captura em poucas espécies e outro como pesca artesanal, caracterizada pelo baixo custo econômico e ecológico e pela incidência da captura em diversas espécies de peixes, crustáceos e moluscos.

Artesanal é a pesca que se realiza única e exclusivamente pelo trabalho manual do pescador - mesmo em todas as variantes de espera. Nela a participação do homem em todas as etapas e manipulação dos implementos e do produto é total, ou quase total, prescindindo-se de tração mecânica no lançamento, recolhimento e levantamento das redes ou demais implementos. Baseada em conhecimentos transmitidos ao pescador por seus ancestrais, pelos mais velhos da comunidade, ou que este tenha adquirido pela interação com os companheiros do ofício. Realizada em embarcações pequenas (botes e canoas) a remo ou a vela ou mesmo motorizadas, sem instrumentos de apoio à navegação, contando para a operação tão somente a experiência e o saber adquiridos - a capacidade de observação dos astros, dos ventos e das marés. Não se apóia na grande produção ou na estocagem.

Torna-se necessário reconhecer algumas das características da pesca artesanal. No Brasil, como em outros países tropicais, estas pescarias são tipicamente baseadas em economia “do mar e da terra”, possuindo componentes: comercial, semi-comercial e de subsistência. Em alguns casos, muito pouco da captura da produção artesanal é destinada ao mercado, evidenciando que o pescado serve tanto para o suprimento de alimento como para a renda das comunidades pesqueiras, como uma forma de integrar a outras atividades produtivas, como por exemplo, a agricultura.

Uma segunda característica distingue a produção artesanal como uma atividade variável e versátil. Assim, esse sistema produtivo e multiespecífico, com diversas finalidades e múltiplas dimensões, utiliza tecnologias variadas em termos de equipamentos de captura, atuando em diversos habitats e micro-ambientes costeiros usados por esquemas de divisão de trabalho entre comunidades, grupos, etc.

Uma terceira característica é que a pesca artesanal tende a ter uma forte associação com bases comunitárias, territórios costeiros, costumes e princípios de direito de uso ao recurso e a pesca, envolvendo sistemas complexos de conhecimento tradicional. Esses elementos tradicionais têm mostrado ter impactos positivos nos recursos e ambientes explorados. Juntos, esses aspectos apresentam um desafio excepcional de gerenciamento e manejo para as autoridades brasileiras.

Aproximadamente 22% da população brasileira concentram-se na faixa de praia considerada como beira mar, e a pesca é uma atividade importante do ponto de vista econômico, social e cultural. A atividade pesqueira extrativista: marítima e estuarina geram aproximadamente 800 mil empregos diretos e cerca de 3 milhões de pessoas que dependem direta ou indiretamente do setor. Estima-se que na Zona Costeira do Ceará cerca de 10.000 famílias, aproximadamente 60.000 pessoas, dependem diretamente ou indiretamente da pesca artesanal. (IBAMA, 2004)

O que toda essa riqueza cultural de grande importância sócio-econômica nem sempre deixa à mostra é que a pesca sempre teve que se adaptar à baixa

produtividade pesqueira da costa brasileira, determinada por fenômenos naturais incontroláveis. Para piorar essa realidade, os estoques marinhos pesqueiros brasileiros vêm sendo super-explorados há décadas, e os pescadores, artesanais ou industriais, encontram dificuldades para manter os lucros da pesca no litoral brasileiro.

O incremento na produção mostra uma faceta apontada por DIEGUES, 1993 "... a dinâmica do capital leva não somente à exploração dos trabalhadores do mar, mas também ao desrespeito das leis que regulam o metabolismo da natureza...". A sobrepesca de algumas espécies, a pesca predatória de outras tantas e a destruição de ecossistemas de alta produtividade são algumas das conseqüências que acompanharam o desenrolar do projeto de modernização do setor pesqueiro, contribuindo para a redução do pescado situado junto à costa. Ainda junto à costa, nas áreas de atuação da pesca artesanal, verificou-se um aumento da disputa pelo pescado. Parte da frota industrial atuando com técnicas predatórias para as baixas profundidades próximas à costa acarretaram a diminuição da oferta de pescado para os pescadores artesanais, cujos meios de produção não lhes possibilitam um deslocamento mais amplo, acirrando disputas pela apropriação destes espaços e do pescado neles contido. Este modelo de desenvolvimento para o setor, vem sendo questionado pelos pequenos produtores pesqueiros. Mais que questionado, tal modelo parece ter chegado a seu limite de expansão.

Graças ao sonar e aos arrasteiros que localizam os cardumes e passam a mensagem pelo rádio. Em questão de minutos, outros barcos de pesca juntam-se na área, "expulsando" as frágeis embarcações artesanais. Um barco de pesca industrial que utiliza a pesca de cerco, por exemplo, joga suas redes para cercar um cardume, algumas com mais de dois mil metros de comprimento e 60 metros de altura. Com apenas duas voltas, elas podem juntar mais de dez toneladas de peixes, capturando com sua malha fina tudo o que estiver nas imediações.

MALDONADO citado por DIEGUES, 2000, relata o mar como "um meio natural móvel e incerto, o mar é indivisível por marcos visíveis e não tem sido objeto de apropriação individual ou contínua, à diferença da terra, firme e com

recursos fixos, que tem sido pensada sempre em termos de divisão e de apropriação”.

Vida de pescador artesanal definitivamente não é fácil: a rotina é exaustiva e arriscada. Antes mesmo de o sol nascer, muitos já saíram em seus botes ou jangadas, para se aventurarem em alto mar, mas a hora da volta é uma incógnita a cada dia. Enquanto os barcos industriais utilizam sonares, os pescadores artesanais seguem a sua intuição e a experiência de uma vida para achar o cardume, para então jogar a rede.

As embarcações à vela constituem a frota ideal para a exploração dos recursos marinhos na zona costeira da região Nordeste (que se caracteriza pela grande diversidade biológica e pequena abundância por espécie), seja do ponto vista ecológico, social e econômico. O baixo custo de operação, o grande número de mão-de-obra absorvida e uso de energia renovável fazem das jangadas, paquetes, canoas e bateras as embarcações mais econômicas e ecológicas do mundo. Comparando os postos de trabalho gerados, os barcos à vela envolvem dez vezes mais pescadores que os barcos motorizados.

Os pescadores artesanais, de uma forma geral, têm que se adaptar como podem às condições ambientais de baixa produção pesqueira. E o fazem muito bem, resultando em uma enorme riqueza de invenções e adaptações. A diversidade é impressionante, cada estado tem uma adaptação diferente, mas em geral o que se pode dizer é que o pescador artesanal usa embarcação de pequeno porte, sem motor, geralmente a remo ou vela. Quando estes contam com mais recursos, seu barco possui motor de popa de potência de 25 HP ou motor a diesel com potência de até 30 HP. Esses pescadores usam rede de emalhar, rede de arrasto, linhas de mão, armadilhas como covos de diferentes materiais, entre outros apetrechos de pesca frutos da enorme criatividade deles. Além disso, a pesca artesanal é muito dinâmica e tem raízes culturais e históricas que, apesar das adaptações constantes e da ocorrência de mudanças substanciais do que era um pescador artesanal de décadas passadas para o pescador de hoje, o componente local/cultural não deixa de estar presente.

5. Situação da Pesca Artesanal no Ceará

A principal espécie de importância comercial explorada no estado do Ceará é a lagosta, porém essa espécie corre o risco de ser extinta e os primeiros sinais da decadência de sua produção já podem ser vistos nas primeiras pescas deste ano.

A falta de fiscalização à pesca predatória da lagosta é apenas uma das variantes que contribuíram para o colapso da captura do crustáceo no litoral cearense. O esgotamento desse recurso pesqueiro se dá devido ao crescente número de embarcações voltadas à exploração da lagosta e por conseqüência um aumento extraordinário no esforço de pesca, além do desrespeito ao limite de tamanho da lagosta, assim havendo a pesca da chamada lagosta miúda. Isso reflete significativamente na produção do pescador artesanal e assim em sua sobrevivência.

O IBAMA hoje trabalha com um senso de cinco mil embarcações, dessas três mil são pequenas, a vela, jangadas. Legalmente, são 850 embarcações que têm permissão para pescar lagosta. Porém esse número possui uma margem de erro, e dentro dessa margem encontram-se as embarcações que efetuam a pesca da lagosta através de compressor, prática ilegal e criminosa.

A lagosta tem aberto uma guerra em pleno mar, assim pode ser classificada a disputa pela produção pesqueira registrada entre pescadores artesanais e proprietários de barcos motorizados que utilizam a prática predatória da pesca de mergulho. Em Icapuí/CE, a guerra marítima já provocou duas mortes, uma em 84 e outra em 91. “Eles jogam rede de todo tamanho e arrancam tudo do fundo do mar. Além disso, são verdadeiros ladrões”, denuncia o líder comunitário da Prainha do Canto Verde, José de Lima Ribeiro, Beto em entrevista ao DN em 30 de junho de 2001. Segundo ele, é muito comum “os piratas” passarem dois ou três dias observando se os pescadores da Prainha do Canto Verde conseguem capturar boa quantidade de peixe ou lagosta no local onde jogaram suas redes ou manzuás, para em seguida eles mergulharem no mesmo lugar. “Os peixes, em

geral, andam em grupo, formando verdadeiros cardumes”, disse. A pirataria também vem mudando hábitos dos pescadores artesanais, tanto da Prainha do Canto Verde como de Icapuí, também no litoral leste do estado do Ceará.

Se antes estes pescadores jogavam suas redes e vinham para casa dormir com a família, retornando apenas no dia seguinte para o alto-mar, agora são obrigados a não arredarem o pé do local da pescaria. “Já aconteceu muito desses mergulhadores cortarem a rede e roubarem toda nossa produção”, disse o pescador de Icapuí, João de Deus, na mesma entrevista, reclamando da “falta de providência do Ibama”.

Acrescenta Beto, que a pirataria começou a se registrar no Ceará por volta de 1985, partindo de pessoas do Rio Grande do Norte que trabalham na pesca de mergulho, sendo depois praticada por pescadores do próprio Estado. “Os piratas são violentos, possuem embarcações maiores e a motor”, cita.

Ressalva que quando são abordados em alto mar, ameaçam até mesmo afundar os barcos menores. “Já abordei um pirata, que iniciou uma perseguição no mar contra nós, com boa intenção certamente não era”. Recorda que seu barco só parou de ser perseguido quando ele jogou uma corda na hélice do barco inimigo.

Também no Ceará, na praia de Redonda - Icapuí encontra-se formas coletivas de uso do mar e resistência frente a pesca predatória de lagosta. Nesta localidade, de forte coesão social, conflitos graves envolvendo pescadores artesanais e pescadores de empresas de captura de lagosta resultaram em mortes de pescadores e apreensão de embarcações empresariais que empregavam compressores na pesca de lagosta.

A partir destes conflitos e após várias denúncias, os pescadores participaram da compra da embarcação Monsenhor Diomedes para fiscalização da pesca predatória em frente às suas áreas tradicionais de pesca e na faixa leste do litoral cearense, forçando acordos de fiscalização com o IBAMA e assumindo parte dos custos desta operação. Essa fiscalização conjunta teve momentos de bom funcionamento, ampliando a área de fiscalização, porém teve momentos de retrocesso, fruto de divergências com o próprio IBAMA, que passava a fazer cada

vez mais exigências no aparelhamento da embarcação para poder sair com os seus fiscais.

Devido à expansão urbano-industrial desordenada, à política adotada para a pesca (que privilegia a pesca industrial), a ação prejudicial de meios de comunicação comercial de massa e mais recentemente a grandes empreendimentos turísticos e à febre da carcinicultura a qualquer custo, são detectados intensos e acelerados processos de degradação ambiental na zona costeira cearense, onde o direito à terra por parte das populações tradicionais, sua qualidade de vida e o patrimônio cultural são também afetados. Por causa dessa degradação ambiental da zona costeira e pelo baixo estímulo governamental à diversificação das pescarias, a renda da pesca de peixe tornou-se insuficiente para capitalizar os donos de embarcação, no sentido de manter a sua frota em operação e de poder melhorar o seu padrão de vida.

Dentro deste quadro, a renda da pesca da lagosta é de vital importância para a sustentabilidade da pesca artesanal e a qualidade de vida dos povos do litoral cearense. Sem acesso à pesca da lagosta, as embarcações à vela irão se acabar na beira da praia e haverá um grande aumento do êxodo dos moradores do litoral para grandes cidades do estado, agravando ainda mais o caos urbano em que estas se encontram. Para as comunidades do litoral, que sobrevivem quase exclusivamente da pesca da lagosta, as conseqüências serão as graves convulsões sociais semeadas.

A tradição no Ceará era do uso da jangada. Depois do início da década de 80, visando ao aumento da produção, a frota começou a mudar para embarcações motorizadas, que permitem a captura mais distante da costa e diminuem o esforço do homem. A mudança se mostrou negativa para o meio ambiente marítimo, por isso para esse novo sistema se tornar viável e cobrir seu alto custo, inclusive de combustível, foi preciso produzir muito.

A pesca artesanal é responsável por mais de 50% da produção de pescado para o mercado interno cearense, além de suprir suas comunidades com praticamente 100% das necessidades de proteína animal e abastecer inúmeras comunidades mais interioranas, através de canais de comercialização, troca e

solidariedade. Vários exemplos têm demonstrado que a pesca artesanal é sustentável, gerando grande benefício sócio-ambiental à população do Ceará. Faz-se necessária a implementação de políticas públicas adequadas às necessidades das comunidades pesqueiras, que devem contribuir para melhorar a qualidade de vida dos povos do mar. A permanência dos pescadores artesanais e suas famílias no litoral e a garantia de acesso aos recursos pesqueiros - e em especial à lagosta - será um dos melhores programas de combate à pobreza e pela distribuição de renda que se poderá construir para o litoral do Estado.

O Projeto ESTATPESCA foi implantado de forma pioneira no Ceará, em 1990, objetivando estimar a produção de pescado marinho e estuarino e subsidiar o setor com informações básicas para o gerenciamento, em nível de comunidade, município e estado. Posteriormente, o Projeto consolidou-se e foi expandido para o restante dos estados do Nordeste, e, depois, para o Norte do país.

O Brasil, apesar da extensão de seu litoral ter cerca de 8.500 quilômetros e uma Zona Economicamente Exclusiva - ZEE de 3,5 milhões de km², os estudos técnicos já realizados para uma faixa litorânea de até 200m de profundidade estimam um potencial anual de captura sustentável variando entre 1,4 milhão de toneladas e 1,7 milhão de toneladas. A produção pesqueira marinha e estuarina, que atingiu mais de 700 mil toneladas anuais na década de 80, caiu para cerca de 500 mil nos últimos anos. No ano de 2004 a produção foi estimada em 500.116,0 toneladas.

O litoral Nordeste apresenta uma plataforma estreita de largura variável, com um mínimo de 10 km na Bahia (Itacaré), alcançando cerca de 100 km no Estado do Maranhão. Em 2004 registrou-se uma participação de 29,1% na produção total anual. Em toda a região predomina a pesca artesanal, desenvolvida por um elevado número de pequenas embarcações (cerca de 40 mil) voltadas para a captura de camarões, lagostas, peixes de fundo e pequenos e médios pelágicos. Nessa região ocorre a maior participação relativa de crustáceos, de albacoras e espadarte nas capturas brasileiras.

O litoral do Estado do Ceará, com 573 km, representa 8,5% do litoral brasileiro. É composto por 20 municípios costeiros, com 113 pontos de

desembarque distribuídos em comunidades que exploram a pesca extrativa marinha e estuarina. O pescado estadual é desembarcado, principalmente, nos seguintes municípios, e respectivas comunidades pesqueiras de maior produção.

No litoral oeste: Bitupitá, no Município de Barroquinha; Porto de Camocim, no Município de Camocim; Porto de Acaraú, no Município de Acaraú; Torrões, no Município de Itarema; Mucuripe e Porto dos Botes, no Município de Fortaleza.

E no litoral leste: Parajuru, no Município de Beberibe; Caponga, no Município de Cascavel; Redonda e Icapuí, no Município de Icapuí.

A atividade pesqueira no Estado do Ceará é desenvolvida a partir de três categorias distintas de sistemas de produção: (a) a de pequena escala, exercida por barcos a vela (canoas, botes e paquetes), geralmente geleiros, com comprimento de no máximo 8m, de curto raio de ação e que, portanto, capturam, desembarcam e comercializam sua produção em áreas adjacentes a suas respectivas comunidades pesqueiras de origem; (b) a de média escala, constituída de embarcações motorizadas, com 8m a 15m de comprimento, geleiros, de casco de madeira, geralmente com cabine no convés, com raio de ação intermediário, e que também capturam e desembarcam pescado dentro do estado, sendo que suas produções, via de regra, são entregues diretamente às empresas de pesca, das quais são fornecedores; e (c) a de grande escala, dita industrial, caracterizada por empregar barcos de ferro, com sistema frigorífico a bordo, de comprimento acima de 15m, que desenvolvem suas pescarias, invariavelmente, fora do estado, embora suas produções sejam beneficiadas e comercializadas por empresas com sede no estado. A produção cearense de pescado em 2005 foi majoritariamente constituída de peixes (15.062,5 toneladas) e crustáceos (3.357,0 toneladas), já que a produção de moluscos é insignificante (1,9 toneladas). Entre os peixes, geralmente oriundos da pesca de pequena escala, destacaram-se algumas espécies demersais (guaiúba e pargo) e pelágicas (cavala e serra). Entre os crustáceos destacaram-se a lagosta (vermelha e verde) e o camarão (branco, rosa e sete barbas), espécies que constituem alvo preferido dos sistemas de produção de média e grande escala, embora sejam também capturadas por barcos a vela.

A produção anual de pescado marinho e estuarino do Estado do Ceará oscilou de 14,2 a 18,9 mil toneladas/ano, entre 1996 e 2005, sendo evidenciada uma evolução no desempenho da pesca de pequena escala, que captura, principalmente, peixes, haja vista que sua participação relativa na produção, estadual cresceu de 49% para 58%, no mesmo período.

Por outro lado, devido à pesca predatória de indivíduos jovens, tem caído significativamente a captura de lagostas, principal recurso pesqueiro do estado (tanto em volume, como em valor total). Tendência semelhante tem sido observada nas pescarias de camarão e pargo.

Nesse contexto, tanto a pesca industrial como a de média escala, devido aos altos custos de captura e à baixa produtividade, vêm enfrentando grave crise de produção, o que resultou no êxodo de armadores de pesca para estados vizinhos. A pesca industrial vem pouco a pouco se dedicando mais à pesca de peixes, o que pode ser constatado pelo fato de, em 2005, ter operado uma única embarcação dessa categoria na atividade lagosteira.

6. Situação da Pesca Artesanal - Prainha do Canto Verde

A atividade pesqueira desenvolvida na comunidade em estudo também vem sofrendo com a crise do setor pesqueiro. A principal espécie de importância comercial explorada é a lagosta, porém algumas espécies de peixes fazem parte dessa produção, como por exemplo, o serra. Parte do pescado é consumida pelas próprias famílias, doado e/ou trocado por outros gêneros, outra parte é comercializada, seja diretamente aos consumidores da própria comunidade (principalmente pousadas e barracas de praia), seja através da Associação ou atravessadores.

Um dos ideais da comunidade é a pesca responsável, não pescar lagosta miúda nem ovada, não destruir o habitat das lagostas e peixes, utilização de apetrechos permitidos, definição do tamanho das malhas para peixes (estabelecimento de regras), buscam acabar com algumas pescarias predatórias, como a de arrastão, e a delimitação de áreas reservadas para cada tipo de embarcação e/ou pescaria.

A Prainha do Canto Verde faz sua parte, seus pescadores não permitem que barcos com compressor aportem na comunidade. Os pescadores trabalham dentro da legalidade e buscam a sustentabilidade dos recursos pesqueiros, porém a comunidade é mais uma afetada pela pesca irresponsável e predatória.

Há algum tempo a comunidade da Prainha do Canto Verde busca a criação de uma reserva extrativista que é apontada como a saída para a crise na produção pesqueira deste local. Esta saída que vem sendo estudada na Prainha do Canto Verde é a demarcação de uma Reserva Extrativista (Figura 1). “Os pescadores daqui querem no futuro administrarem sua área de pesca”, disse José de Lima Ribeiro em entrevista cedida ao DN de 30 de junho de 2001. Com o mapeamento - idéia apoiada pelo Fórum e Instituto Terramar - será possível a aplicação de regras que ofereçam sustentabilidade à atividade, bem como evitar a pesca predatória. “O objetivo é o retorno da produção”, comenta o mesmo. A demarcação poderá ser feita com a utilização do barco catamarã, que possui eco-sonda, navegador satélite e o equipamento GPS (Sistema de Posição Geográfica).



Figura 1: Desenho ilustrativo da Reserva Extrativista

Na área demarcada - prevista em 15 km de largura e 40 km da costa mar a dentro - ficaria determinado horários de saída de barcos bem como proibida a captura de lagostas miúda ou mesmo estipulado que nenhum pescador carregaria ou mexeria no material de trabalho ou na produção do outro. "Com a criação da reserva, iríamos estudar leis para punir quem descumprisse as regras", frisou o coordenador do Fórum, também conhecido como Beto.

Segundo Lindomar Fernandes de Lima, pescador e atual líder comunitário da Prainha de Canto Verde, as atividades pesqueiras de sua comunidade, geralmente a bordo de jangadas, tomando-se um exemplo vivo da realidade da pesca no litoral brasileiro. Fica claro que é necessário elaborar um gerenciamento moderno para o setor pesqueiro para os próximos anos. "Aqui na nossa comunidade a pesca é feita em sua grande maioria com barcos a vela, o que já é um sofrimento. Nos últimos cinco anos, a produção tem caído bastante por causa das atividades predatórias e dos grandes barcos que vêm do Rio Grande do Norte e aqui mesmo do Ceará", relata Lima.

Além do apoio visando garantir a sustentabilidade da pesca, o Instituto Terramar, Organização Governamental com sede em Fortaleza, desenvolve na Prainha do Canto Verde programas buscando melhorar o nível educacional de crianças e pescadores da comunidade. Atualmente encontra-se em fase de

implantação a Escola de Pescadores, que começará a funcionar no próximo ano. Com isso, cria-se a possibilidade para muitos pescadores, que mal sabem assinar seu nome, de voltarem a estudar. A escola é destinada, também, aos filhos de pescadores e conta com o apoio, ainda, da comunidade e do LABOMAR, Instituto de Ciências do Mar - UFC.

A Reserva Extrativista Marinha atua como uma ferramenta de gestão protagonizada pelo estabelecimento de unidades de conservação que vêm preenchendo lacunas deixadas pelo poder público na implementação de suas políticas de gestão pesqueira e de desenvolvimento social das populações de pesca de pequena escala. Conservação e manejo sustentado da biodiversidade marinha/costeira que serve de base ao desenvolvimento econômico e social. Cabe ao Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Populações Tradicionais – CNPT- a execução de políticas de uso sustentável dos recursos naturais, tendo as Reservas Extrativistas como referência a gestão comunitária por princípio.

De forma sintetizada, as atribuições legal e jurídica que consagram o instituto das Reservas Extrativistas são:

- **Constituição Federal - Artigo 225:** preconizou a institucionalização das Reservas Extrativistas;
- **Política Nacional do Meio Ambiente - Lei 7.804/89:** alterando o artigo 9º da Lei 6.938/81, abrigando as RESEX's no rol dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente;
- **Decreto 98.897 de 30 de janeiro de 1990:** regulamentando a Lei 7.804/89 impõe ao Poder Público o dever de criar RESEX em áreas vocacionadas ao extrativismo sustentado, bem como fixa ao IBAMA a competência para supervisionar e acompanhar o funcionamento dessa unidade de conservação;
- **Portaria 22-N/92 e 22-A/92:** criando o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT – executor das políticas públicas para as RESEX;

- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - **Lei 9.985/00** e **Decreto 4.340/02**: inserindo as RESEX como categoria de unidade de conservação de uso sustentável.

A criação de Reservas Extrativistas Marinhas vem sendo demandada por comunidades pesqueiras tradicionais com os principais objetivos de:

- Manter sistemas territoriais tradicionais de pesca;
- Promover a conservação de ecossistemas e recursos estuarinos e costeiros;
- Preservar a cultura e o conhecimento construído historicamente;
- Prestar assessoramento técnico para as famílias;
- Co-manejar e ordenar pescarias artesanais e de pequeno porte e;
- Fomentar o desenvolvimento social e econômico deste segmento da sociedade.

7. Estratégias de Organização

Conhecer a história dos fatos é tão importante como conhecer o conceito, o significado das palavras. Vale então destacar como o associativismo e o cooperativismo nasceram e se desenvolveram através dos tempos. Teve origem no espírito humano de congregação, na vontade do homem de ser solidário e de poder, ao mesmo tempo, pertencer a uma organização que sirva de intermediária entre o indivíduo e a sociedade. A ajuda mútua já era praticada pelos povos mais antigos, quando saíam em busca de alimento ou de abrigo, para sobreviver.

A palavra cooperar, significa trabalhar junto com outras pessoas para realizar, com sucesso, um mesmo objetivo, através da união, confiança e solidariedade, as pessoas se organizam em defesa dos seus interesses.

VEIGA, 2002 define cooperativismo como: “um sistema de cooperação econômica que pode envolver várias formas de produção e de trabalho e aparece historicamente junto com o capitalismo, mas se propõe como uma das maneiras de sua superação”.

Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.

Associação é uma sociedade civil de direito privado com organização para fins não econômicos, criada com objetivo de integrar esforços e ações dos associados em benefício da melhoria da sua produção e da própria comunidade onde vive.

Na visão de VEIGA, 2002, Associação é uma sociedade em que os próprios associados se organizam, decidem fundá-la, aprovam o seu estatuto, elegem a sua diretoria e o conselho fiscal. Portanto são os associados que fazem a associação.

Depois de fundada, são eles que planejam as atividades da associação, decidem pela ampliação ou pelo encerramento de suas atividades, definindo

assim a Autogestão. Considerando-a como um processo contínuo, que esta sempre em movimento e só dá resultado com a participação dos associados.

No módulo de Autogestão Cooperativista do Curso Básico: Cooperativismo e Autogestão da UFC encontra-se a seguinte definição para Autogestão: “ é a combinação da propriedade dos meios de produção com a democracia de gestão.”

Uma associação deve ser criada para alcançar os objetivos do grupo, mas os associados não podem esquecer que assim como eles têm direitos, têm deveres e uma associação não anda sozinha, ela depende de seus associados trabalhando em conjunto para que ela possa desenvolver. As associações que se organizam garantem um processo participativo, tendo como principal objetivo o permanente interesse do grupo, tendem a prosperar. Ao atingirem suas metas, novos horizontes se estabelecem, impulsionando suas atividades.

Ao criar uma associação torna-se possível a aquisição de insumos e equipamentos com menores preços e melhores prazos de pagamento. Tais recursos, quando divididos entre os vários associados, tornam-se acessíveis e o produtor certamente sairá lucrando. Portanto, para o associado obter os benefícios, como financiamento, aquisição de insumos e equipamentos através da associação, é necessário estar em dias com suas mensalidades e outras contribuições estipuladas em assembléia geral.

A primeira forma de organização baseada no comunitarismo e voltada a compor uma sociedade cooperativista em bases integrais deu-se, no Brasil, por volta de 1600, com a fundação das primeiras reduções jesuíticas. Calçado na solidariedade humana, onde o trabalho coletivo visava a supremacia do bem-estar da coletividade sobre o individualismo, esse modo de organização social foi desenvolvido no país por mais de 150 anos.

Entretanto, a primeira cooperativa em moldes rochdaleanos, foi criada em 1847, sob a liderança do médico francês Jean Maurice Faivre, à frente de um grupo de colonos europeus, inspirados nos ideais humanistas de Charles Fourier, dando vez à fundação da Colônia Tereza Cristina, no Paraná. Esta organização amalgamou os princípios do incipiente cooperativismo brasileiro, servindo de referencial aos novos empreendimentos coletivos.

No setor agropecuário, Minas Gerais desponta como berço da organização cooperativista, quando o governador João Pinheiro estabeleceu o seu programa agrícola, priorizando a constituição de cooperativas, como meio de se reduzir a intermediação nas transações comerciais, concentradas, à época, em mãos de estrangeiros.

A contribuição dos colonos europeus – especialmente alemães e italianos – ao desenvolvimento do cooperativismo brasileiro em seus primórdios é insofismável. Foi no Sul do país, onde se concentrou esse segmento social, que o cooperativismo ganhou maior impulso.

No segmento consumo, a primeira iniciativa foi a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Cia. Paulista de Estrada de Ferro, em Campinas (SP).

A gênese do segmento crédito, por sua vez, deu-se em 1902, no Rio Grande do Sul, sob a inspiração do padre jesuíta Theodor Amstadt, que baseado no modelo alemão de Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888), implantou as "caixas de crédito cooperativo".

Esse estudo abordará associativismo numa visão da Economia Social e de Organização Comunitária, voltado para geração de trabalho e renda focados no apoio às associações de natureza produtivas e as de natureza comunitária que em parceria buscam benefícios comuns.

O Boletim da Agência de Desenvolvimento Solidário define Economia Solidária é um termo recente, da década de noventa, criado com o objetivo de reunir diversos movimentos e iniciativas, novas e antigas, que possuem como valores comuns: posse e/ou controle coletivo dos meios de produção, distribuição, comercialização e crédito; gestão democrática, transparente e participativa dos empreendimentos econômicos e/ou sociais; distribuição igualitária dos resultados (sobras ou perdas) econômicos dos empreendimentos.

Formulando uma possível síntese entre o cooperativismo, a autogestão e a economia solidária afirma-se que o cooperativismo fornece um modelo de organização, aberta e democrática, adequada aos interesses dos trabalhadores, seja para a produção crédito, comercialização, serviços. Enquanto que a autogestão estabelece a qualidade democrática das relações de gestão e

trabalho, adequada aos interesses dos trabalhadores, seja em cooperativas, organizações sociais ou empresas estatais. E, por fim, a economia solidária se constitui como um campo filosófico, político, social e econômico mais adequado aos interesses dos trabalhadores, visto que nela os trabalhadores empregam os meios de produção, comercialização e crédito em função de seus interesses.

Pode se definir "Associação de Produção" como associações autônomas de pessoas ou de micro e pequenas empresas, de uma base territorial que se une voluntariamente fundamentada em alguns princípios, onde o capital é submetido à finalidade social, visando organizar empreendimentos voltados ao mercado, compreendendo: *produção, distribuição e comercialização de bens e serviços*.

Os dez princípios que devem nortear as associações de produção são:

1. Espontaneidade: nascem no seio das comunidades de forma espontânea em função da necessidade de gerar trabalho e renda das próprias pessoas delas integrantes;
2. Humanismo: priorizando as pessoas e o trabalho sobre o capital;
3. Singularidade do voto: todos são iguais no grupo, todos tem direito a um voto, independentemente do capital associado;
4. Livre participação: as pessoas são livres para entrar e sair, sempre que desejarem, dentro de regras estabelecidas pelo grupo;
5. Gestão Democrática: as decisões devem sempre representar a vontade da maioria;
6. Equidade na distribuição dos resultados: não visa lucro, tendo como missão beneficiar os associados. Tratando-se de uma organização econômica, tem receitas e despesas, gerando sobras ou perdas, em qualquer das duas circunstâncias, rateadas em partes iguais entre os associados;
7. Solidariedade presente: entre as pessoas do grupo e com outras instituições de natureza associativa;
8. Solidariedade futura: sempre aberta para receber novos associados para usufruírem dos benefícios gerados;
9. Neutralidade: nenhum tipo de discriminação política, social, religiosa ou racial será aceita;

10. Educação permanente: procurará de forma permanente o aperfeiçoamento do grupo, em termos de habilidades básicas, específicas e de gestão voltado ao associativismo.

Pode-se, também, chegar a definição de “Associação de Produção” a partir da conceituação de associação de Rudolf Steiner, pai da Antroposofia (do grego, que dizer: conhecimento do ser humano). “Associação é o espaço funcional, ou órgão que se torna real a partir da conjunção de três princípios: avaliação conjunta de interesses opostos, da necessidade do consumidor e da determinação do real valor do bem ou serviço.”

Na visão de Steiner a Associação necessariamente não precisa ser uma instituição com funcionários, etc. Trata-se mais de um espaço de encontro, fruto de uma oportunidade da economia social. “Associação de produção de bens e/ou serviços: Associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, com base num território para satisfazer aspirações e necessidades econômicas comuns, legalmente constituída e democraticamente gerida, voltadas a produção de bens e/ou serviços.

8. Organização Pesqueira Artesanal

A pesca artesanal (ou extrativa) no Brasil, infelizmente, apresenta limitadas condições de expansão, seja pela falta de políticas públicas, pobreza natural das águas, diminuição dos estoques naturais, sobrepesca, poluição dos mananciais por esgotos doméstico, industrial, agrotóxicos e derramamento (acidental) de óleo de dutos e petroleiros. O nível de escolaridade do pescador artesanal, muitas vezes é baixo (quando ele não é completamente analfabeto), constituindo-se em mais um entrave para o progresso dessa atividade, outrora pujante.

As atividades laborais dos pescadores artesanais são bem diversificadas e dependem do tipo de manancial onde atuam (mar, estuário, lago, rio, mangue, etc.), das artes de pesca que utilizam (anzol, espinhel, rede, tarrafa, armadilhas, curral, entre outros) e do objetivo principal de sua captura (peixes, mariscos, crustáceos, etc.). MALDONADO, (1986) expressa a representação profissional dos pescadores e a sua organização associativa, como possuidora de traços distintos das demais associações de classe ou de ocupação. Uma dessas características é o poder decisório sobre aquilo que produzem.

Esses pescadores artesanais, que também são chamados de autônomos, cujo trabalho, a pesca, caracteriza-se pela simplicidade da tecnologia e pelo baixo custo de produção vêm se modernizando bastante, buscando o cooperativismo. A produção vem ocorrendo em grupos de trabalho formados por referenciais de parentesco e de companheiros da comunidade, sem vínculo empregatício entre as tripulações e o mestre dos botes ou entre os donos das embarcações.

MALDONADO, (1994) levanta a questão da pesca simples, através de sua natureza hierárquica e holista. Observa-se a especificidade do igualitarismo e a cooperação presente nesta atividade, através da tradição vê-se o caráter familiar da organização do trabalho e a simplicidade que os coloca em risco. Estas características abordadas mostram a informalidade do trabalho realizado pelos pescadores, além da ausência de vínculos formais entre mestres e pescadores,

demonstrando uma ética solidária e cooperativa que se expressam em termos igualitários.

Dentro do contexto de organização vale ressaltar que esta vai desde o princípio de territorialidade marítima até a comercialização, ou seja, escoamento da produção como é enfocado neste trabalho. MALDONADO, (1986) afirma que a pesca marítima é uma das formas sociais em que a percepção específica do meio físico é da maior relevância, não só para ordenação dos homens nos espaços como também para organização da própria produção e para reprodução da tradição pesqueira, tanto em termos técnicos como em termos simbólicos.

Esses pescadores travam uma luta constante com os atravessadores, ou marchantes como também são conhecidos no litoral cearense, utilizando-se de intermediários para negociarem seu produto, tendendo a relações fortes e tensas nestas práticas negativas e até mesmo dolosas aos pescadores que buscam expor sua produção ao mercado.

Segundo MALDONADO, (1986): “a construção da relação dos pescadores com o mercado por meio de atravessadores apóia-se sobre alguns pontos importantes. O tempo de trabalho dos pescadores e a sua presença em terra para comercializar o peixe não se orientam de acordo com os padrões dos negócios ordinários, mas em termos de jornadas que dependem, por sua vez, dos hábitos das espécies, das condições do tempo e da tecnologia utilizada”.

Essa dependência se dá por diversos fatores, indo desde a falta de recursos para custeio de sua produção até o escoamento da mesma. Fazendo-se necessário caracterizar o processo de comercialização da pesca artesanal, antes de registrar como ocorre a experiência comunitária de venda do peixe, avaliando a concretização ou não do lucro da produção. Esse processo envolve uma rede de agentes com diferenciadas escalas de participação (pescadores, proprietários de embarcação, atravessadores, varejistas e consumidores).

Deve-se observar que o intermediário provém o custeio das pescarias, objetivando a submissão do pescador, obrigando-o a entregar toda sua produção. O pescador fica sujeito aos preços e às condições de pagamento do intermediário,

mesmo que haja um outro interessado, disposto a pagar um valor mais justo à produção. O atravessador situa-se entre o processo da pesca e o seu resultado.

FONTELES citado por SILVA, (2003) aborda a seguinte observação: "... a ausência de um processo produtivo organizado para dar suporte tecnológico às atividades de captura e garantir condições adequadas para conservação e comercialização do pescado. As conseqüências principais são a evasão da renda para outras comunidades e da força de trabalho para outros setores econômicos..."

A relação dos pescadores com o mercado deve ser vista através de alguns pontos, tais como o tempo de trabalho e a sua presença em terra para comercializar o pescado. Tão quanto à perecibilidade do produto, que repercute no ritmo da comercialização e nas vias de acesso ao mercado.

Estas experiências revelam formas comunitárias de organização e criação de instrumentos de gestão das pescarias, que pressupõe o domínio sobre uma parcela do mar. A presença destes instrumentos de gestão sugere que a apropriação histórica do território em questão dá aos pescadores envolvidos a legitimidade para estabelecer normas e princípios de uso desta porção do espaço, reconhecida pela comunidade e susceptíveis de sanções. Seria a expressão de uma gestão comunitária por sobre um território pesqueiro.

Estas premissas podem vir a ser a base de instrumentos de gestão, que reconhecem o papel das comunidades, suas formas de organização, apropriação do espaço e construção de territórios como modelos para serem implantados na gestão dos recursos naturais. Revelam ainda a necessidade de se reconhecer a propriedade comunitária dos recursos naturais e de suas distintas formas de apropriação.

Frente à necessidade de resistirem e construírem uma situação mais digna, os pescadores estão se juntando em cooperativas e associações. Esse movimento tem se intensificado através de políticas governamentais, cujas quais vêem o processo de autogestão como uma saída para o problema da pesca de pequena escala. Em geral essas organizações oferecem os mesmos serviços e facilidades que os comerciantes de peixe, com a diferença de que constituem um

mercado certo para o produto, geralmente pagam preços mais justos do que os atravessadores e facilitam créditos e insumos em condições razoáveis e acessíveis ao pescador.

Michael Orbach citado por Maldonado, (1986) argumenta que grande parte da literatura antropológica sobre esse cooperativismo é uma história do seu fracasso e dissemina o mito da falta de espírito de cooperação entre os pescadores, o que decorreria, em grande medida do seu senso de independência.

9. METODOLOGIA

Tendo já evidenciado o problema de pesquisa, o trabalho relativo à mesma se deu em etapas.

Privilegiou-se uma abordagem qualitativa na pesquisa onde foram utilizados os seguintes processos: a observação direta através da vivência na comunidade, visitas e conversas informais com os pescadores e um estudo qualitativo do material bibliográfico.

A unidade de análise foi a comunidade da Prainha do Canto Verde e a população a ser estudada, os pescadores da comunidade. Teve-se, então, uma apreensão do problema sob a ótica dos mesmos, escolhidos de forma aleatória independente de serem ou não associados. Além disso, foram utilizados dados primários coletados sob a forma de um questionário e uma entrevista aberta com o presidente da associação de moradores e com um dos pescadores mais antigos da localidade. A razão dessas entrevistas se deu pela visão ampla sobre a realidade da comunidade e experiência que cada um possuía respectivamente. Enquanto através dos relatos do presidente da associação se obteve dados gerais sobre a realidade da pesca e o escoamento da produção, o pescador mais antigo com sua experiência revelou as origens dessa problemática presente historicamente no local. Os dados secundários foram coletados a partir do ESTATPESCA/IBAMA, dentre outros documentos.

Após a definição da população a ser estudada, determinou-se a amostra da pesquisa. Foi utilizada uma amostragem por acessibilidade. Que segundo GIL, 1987 citado por MOREIRA, 2000, "O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo. Aplica-se esse tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão" Esses aspectos dizem respeito às condições concretas de acesso aos entrevistados. No caso, duas realidades se confrontaram a da pesquisadora e o tempo de estadia na comunidade para a coleta dos dados e a dos pescadores, dado a própria rotina da

pesca e o tempo de lazer dos mesmos. Dessa forma de 230 pescadores apenas foi possível entrevistar 31 perfazendo aproximadamente um total de 13,5%.

9.1. Caracterização da Área de Estudo e Delimitação do Problema de Pesquisa

A comunidade da Prainha do Canto Verde localiza-se a 126 km de Fortaleza, no município de Beberibe, litoral leste do Ceará. Sua comunidade procura resguardar os elementos naturais e culturais, de forma que se apresenta como fonte rica de informações sobre o litoral cearense. A população é composta por aproximadamente 196 famílias, com 1.100 habitantes, e sua grande maioria vive da pesca marítima e das atividades relacionadas ao turismo.

Datam dos anos de 1860 os primeiros registros de ocupação na área da Prainha do Canto Verde. A família do Sr. Raimundo Canto Verde instalou-se na área após ter sido liberta da escravidão. Vem daí o nome da comunidade e o histórico de *coragem, resistência e luta*. Os anos de *vivência e convivência com o ambiente litorâneo* desenvolveram como atividade principal a pesca artesanal. Associada a ela estão todos os hábitos e costumes de pescadores e rendeiras (suas esposas e filhas). Mais de um século depois, em 1979, um especulador imobiliário faz o registro, na comarca do município de Beberibe, de uma área de 749 ha que abrange o núcleo da comunidade e a faixa de praia.

Em 1984, cinco anos depois, ele conseguiu usucapião para regularizar o terreno como sendo de sua propriedade. Esta atitude desconsiderou a existência de uma comunidade com mais de um século de ocupação da área. A partir disso, as famílias tiveram de se organizar para reagirem a tal empreitada contra seu direito de moradia e posse da terra. Contaram para isso com o apoio do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH) da Arquidiocese de Fortaleza e do Cardeal Aloísio Lorscheider. Foram realizadas várias ações de mobilização pela comunidade, além de travados confrontos com os especuladores. Em 1989, é

fundada a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde, uma instituição criada para representar os interesses da comunidade. Com isso, deu-se entrada na justiça com ação rescisória de usucapião concedida irregularmente. O processo vagou por gavetas e mãos judiciárias por dez anos, quando só aí foram ordenadas a perícia e apresentação de testemunhas para a Justiça Superior para dar continuidade ao processo.

As famílias organizaram eventos de repercussão regional como o SOS Sobrevivência, em 1993 – uma viagem-protesto feita em uma jangada por quatro pescadores e uma equipe de apoio terrestre, até o Rio de Janeiro – e o I Encontro do Fórum do Litoral e do Fórum dos Pescadores do Litoral Leste do Estado do Ceará, em 1995. Em julho de 2000, o procurador de justiça deu o parecer favorável à comunidade, considerando que não houve compra de posse por parte do especulador e sim um ato de “grilagem despudorada, imoral, com a qual não deve concordar a justiça”. Todo esse ambiente de inquietude provocou na comunidade a idéia de que seria necessária a manutenção da organização comunitária para o alcance do objetivo maior, a garantia do direito de moradia.

Vários projetos comunitários são desenvolvidos na Prainha do Canto Verde, dentre eles estão: Saúde neonatal, Coral Infantil, Escola dos Povos do Mar/Escola de Pesca, luta e mobilização em favor da implantação da Reserva Extrativista Marinha, Projeto de Turismo Comunitário. Hoje, a Prainha conta com as seguintes Instituições: Associação dos Moradores, Produtores e Prestadores de Serviços, os Conselhos: Escolar, de Turismo, de Saúde, dos Pescadores, da Terra.

Em 1998, professores e alunos da Escola Bom Jesus dos Navegantes, assessorados por técnicos do Instituto Terramar e do Núcleo de Estudos Ambientais do Ibama-CE, elaboraram a partir de uma proposta sócio-ambiental o livro didático “Nossa História” para as classes de alfabetização e 1ª série (Figura 2). O objetivo do projeto 13 era construir um material didático pensado a partir da realidade local e com base na história da comunidade que servisse como instrumento de um processo consciente de alfabetização. O livro apresenta para as crianças a vida numa comunidade como a Prainha do Canto Verde, seus saberes e práticas sociais através de temas como sua origem, seus ancestrais, a

organização social, o meio ambiente e a pesca. Há também o projeto Escola dos Povos do Mar, que visa a valorização profissional do pescador.

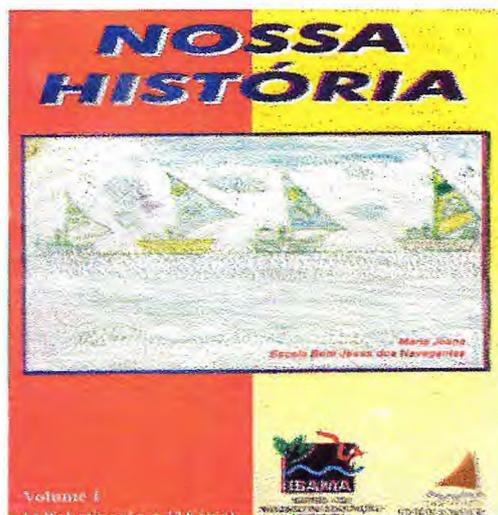


Figura 2: Capa do livro “Nossa História”

A comunidade da Prainha do Canto Verde acumula alguns feitos, como a construção do primeiro arrecife artificial do Ceará, a organização do Fórum dos Pescadores do Litoral e o curso para a formação de lideranças do litoral cearense. Mas o estaleiro-escola (Figura 3) é, sem dúvida, um dos seus grandes orgulhos. Lá foi construído um catamarã, tipo de barco a vela ideal para pesca. É o primeiro a ser fabricado no Ceará e sua construção foi chefiada por um carpinteiro naval trazido do Maranhão, Uelles Santos Rosa, que também é o mestre dos seis aprendizes que trabalham com ele.



Figura 3: Placa indicativa do Estaleiro Escola

A construção do catamarã (Figura 4) já foi o passo à frente na caminhada em busca da auto sustentabilidade. O barco é maior que a jangada e aumenta a produtividade, com a vantagem de não usar motor, que gasta combustível. Segundo o coordenador do Programa de Gestão Costeira do Instituto Terramar, Jefferson Souza da Silva, “eles não apenas construíram um barco, mas um futuro para a comunidade”.

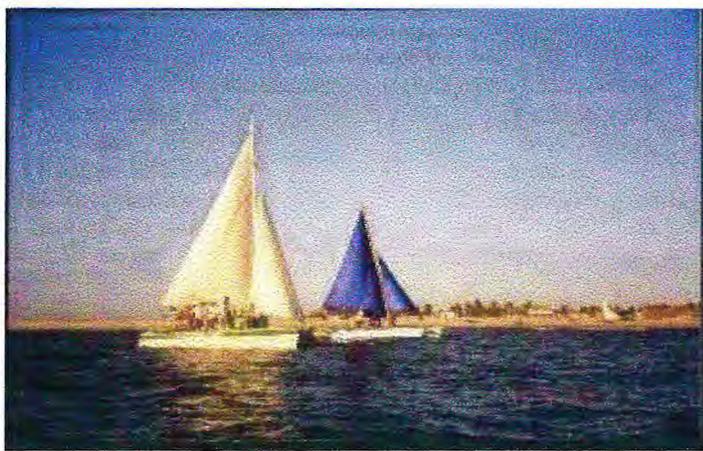


Figura 4: Catamarãs

Tomando como referencial a grande luta pela criação da Escola de Povos do Mar, escola de pesca e cultura que visa resgatar a cultura do pescador, assim como transmitir as crianças e jovens o conhecimento do movimento das marés, dos ventos e das correntes marítimas, bem como se orientar em alto mar. Estes são alguns dos muitos conhecimentos imprescindíveis para a profissão de pescador, embora nada disso seja ensinado nas escolas. Tudo é aprendido na lida, na batalha que o homem do mar trava para vencer as borrascas e na relação íntima que o mesmo tem com o peixe, seu objeto de sobrevivência. Porém, segundo os velhos pescadores, todos esses conhecimentos estão se perdendo com o tempo. “Hoje, os jovens não sabem nem mesmo cortar a isca e amarrar o anzol”, desabafa o pescador Francisco Xavier Ribeiro, 50 anos, da Prainha do Canto Verde.

Preocupados em assegurar aos novos profissionais do mar o conhecimento necessário para o exercício da profissão, a Associação dos Moradores da Prainha

do Canto Verde e o Instituto Terramar executam, desde o ano 2000, o Projeto Escola dos Povos do Mar. A escola tem como proposta ensinar os novos pescadores a pescarem e, Henrique César, do Terramar, coordena ações junto aos pescadores também, oferecer uma grade curricular que veja a pesca como alternativa de melhoria da qualidade de vida.

Segundo o coordenador do Projeto no Instituto Terramar, Henrique César Martins Gomes, as escolas públicas no litoral não têm relação com a realidade do mundo da pesca. Isso termina por provocar a evasão escolar e o abandono das atividades. “Hoje a educação, seja ela ambiental, seja escolar ou capacitação técnica, é tratada de forma isolada. “Na maioria das vezes gastam-se perdulares de recursos sem obter nenhum resultado”, afirma Henrique, ressaltando que a Escola dos Povos do Mar propõe uma formação que contemple toda a educação dentro de uma perspectiva da sustentabilidade das comunidades.

Para Henrique, a criação da Escola dos Povos do Mar é fruto de reflexões da comunidade da Prainha do Canto Verde. Em 2000, os moradores da vila avaliaram as ações realizadas na escola local. Na ocasião, constataram que apesar dos avanços conquistados em relação à educação, ainda permanecia uma distância e uma incompatibilidade entre as atividades da pesca e a frequência na escola. A partir daí, foi pensado o projeto de uma escola que trabalhasse os conteúdos relativos à pesca e, também, outros aspectos da vida local e que seu calendário não entrasse em choque com as atividades da pesca. “Desde então, moradores e parceiros vêm construindo caminhos para a efetivação deste sonho que é a Escola dos Povos do Mar”.

A preocupação com a preservação do meio ambiente e com a saúde, somada às questões relativas à educação de um modo geral, visualiza-se o grande potencial organizativo da Prainha do Canto Verde.

Em relação às questões mais diretamente ligadas a pesca, observou-se através da vivência na comunidade a presença de velhas dificuldades enfrentadas por outras colônias, como por exemplo, a relação com o atravessador por ocasião do escoamento do pescado.

10. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da Organização Comunitária a Organização da Produção Comunitária

Abordando as diversas estratégias de produção, encontrou-se na Prainha do Canto Verde uma Associação consolidada por um histórico de lutas e conquistas, frutos da cooperação. Essa comunidade baseia-se no espírito democrático e participativo, que se faz comum a outras comunidades.

Unidos pela necessidade de se organizarem nasce a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde criada em 1989, segundo LIMA & TUPINAMBÁ, 1997 citados por ALMEIDA, 2002 chega um momento em que “algumas comunidades se dão conta de que é preciso resistir e construir coletivamente alternativas para o enfrentamento das questões que alteram as condições sócio-econômicas e culturais no litoral cearense”. Neste caso a Associação busca a união, consciência, espírito comunitário forte, participação, além de que todos os moradores conscientizem-se do seu papel como Associado e envolvam-se nos movimentos e lutas da comunidade.

Na Prainha do Canto Verde, através de assembléias, a comunidade estipula as regras válidas para o uso do mar pela comunidade. Nesta comunidade, as questões "de terra" também são tratadas coletivamente, organizando grupos e conselhos comunitários voltados às questões sociais, econômicas e ambientais que atingem a comunidade.

FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS
MORADORES DA PRAINHA DO CANTO VERDE 1989

CONSELHO DE SAÚDE

CONSELHO DE PESCA

CONSELHO DE EDUCAÇÃO

CONSELHO DE TURISMO

A comunidade discutindo a crise da pesca artesanal e a condição vivida pelo pescador, compreendeu o papel do intermediário (atravessador) na

comercialização, decidiu assumir essa função. Ao optar por não formalizar uma cooperativa de pesca, a comunidade por meio de um acordo atribuiu à diretoria da Associação a organização e coordenação do processo cooperativo de comercialização.

Atualmente a comunidade possui um total de 101 embarcações de diversos tamanhos (Figura 5), variando de 3m a 8m tipos entre jangadas, paquetes, botes de isopor e catamarãs. O número de pescadores associados à colônia é de 230 pescadores, porém nem todos participam da Associação, estima-se que somente 180 façam parte.

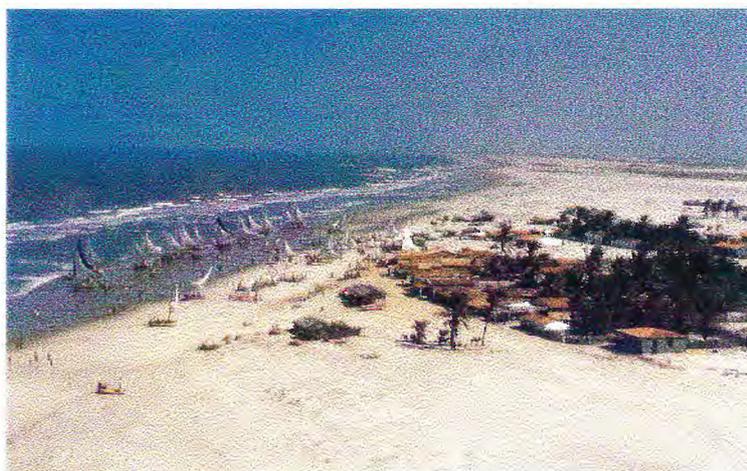


Figura 5: Vista aérea da comunidade e suas embarcações.

A Associação possui quatro catamarãs e três jangadas, sendo beneficiados um número de 15 pescadores que trabalham nelas, afirma Lindomar Lima, presidente da Associação. Da produção vai metade para Associação e a outra para pescador, acrescenta ele.

A produção pesqueira era comercializada no entreposto (Figura 6), posto de recepção e comercialização do pescado, construído em 1992 através de parcerias da comunidade relata LIMA, 2002. Visava eliminar e/ou reduzir o monopólio dos atravessadores, além de gerar uma alta no preço do pescado vendido, além de reduzir o preço dos insumos (gelo e material de pesca). Mas, em 2005 o entreposto foi levado pelo mar e com ele o ponto de apoio da produção e

escoamento do pescado na comunidade. Hoje o pescado é acondicionado em caixas de isopor com gelo e repassado quase que imediatamente aos compradores. Anteriormente o pescado era armazenado em câmaras frigoríficas e depois realizada a venda.

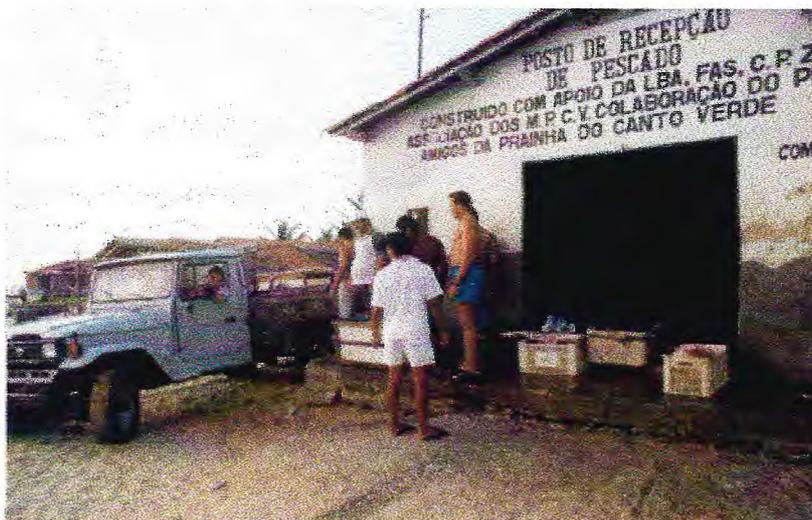


Figura 6: Entrepasto comunitário.

Atualmente é feito o seguinte procedimento: quando as embarcações dos pescadores associados chegam em terra, a produção é encaminhada ao ponto de apoio rotativo, onde é pesada e paga, conforme tabela de preços e condições da Associação. Seguindo uma rotina comum na pesca, o valor recebido é dividido entre o proprietário da embarcação, que nem sempre faz parte da tripulação, e os pescadores.

A produção de peixe é vendida para municípios vizinhos, sobretudo para sede de Beberibe e Aracati, e no caso da lagosta, esta é vendida para a EMPESCA, localizada no município de Fortim, que depois do processamento exporta o produto (a calda) para o exterior.

A organização dos pescadores da Prainha do Canto Verde já foi reconhecida até fora do Brasil, quando em 1999 foi apontada pelo Fundo Mundial para a Natureza (W.W.F.), com sede na Suíça, para receber o selo de qualidade para a pesca da lagosta. Porém, se as ações para resgatar a pesca marítima

sustentável e estimular o uso de técnicas responsáveis, apropriadas ao meio ambiente, se mostraram viáveis sob o ponto de vista social e econômico, a produção ainda era pequena.

Para analisar a relação entre pescadores e Associação e qual a avaliação que os mesmos fazem da sua atuação na comunidade, além de como é feito o escoamento da produção foi utilizado um questionário (Anexo Único). Este foi aplicado a 31 pescadores da comunidade, perfazendo uma percentagem de aproximadamente 13,5% dos 230 pescadores existentes na comunidade.

Os resultados obtidos através do questionário foram os seguintes: um percentual de 70,96% dos pescadores entrevistados fazem parte da associação e 29,04% não fazem parte.

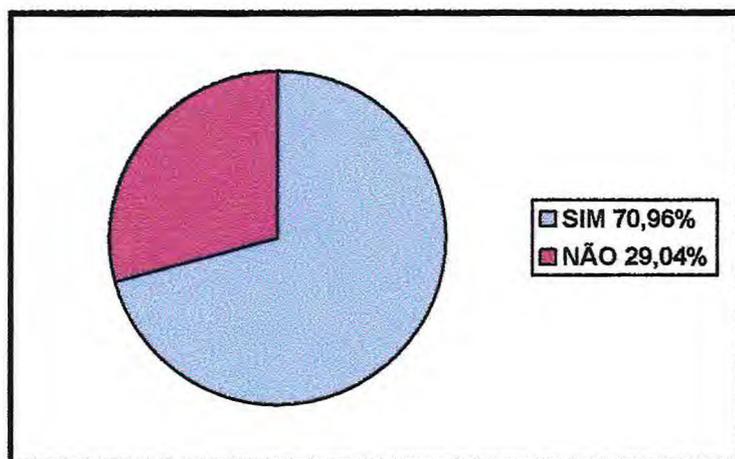


Gráfico 1: Quanto à participação dos pescadores na Associação

Quanto à posse das embarcações registrou-se que 12,92% pescam em embarcação própria, 25,80% em embarcações da Associação e 61,28% em embarcações de terceiros.

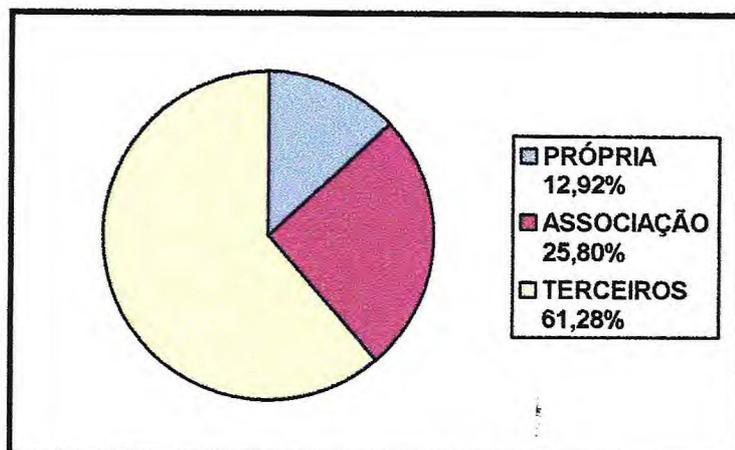


Gráfico 2: Quanto à posse das embarcações

Sobre a venda da produção constatou-se que 22,58% do pescado ainda são repassados aos atravessadores, 41,93% repassam à Associação, 19,36% são vendidos ao comércio local e 16,13% usam para sustento próprio.

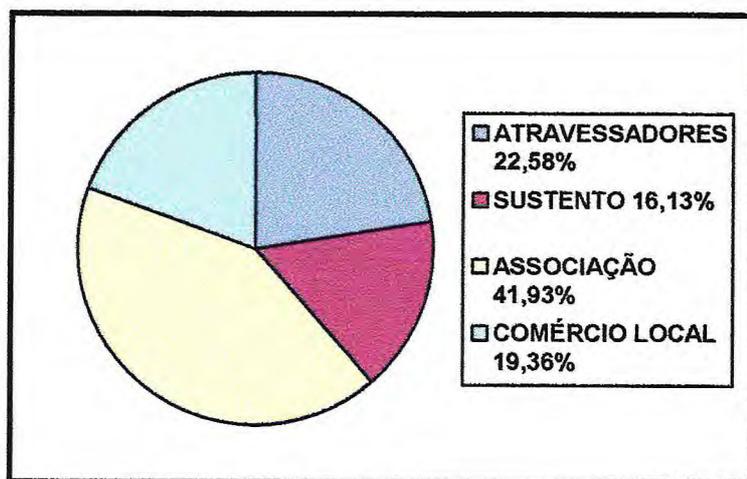


Gráfico 3: Quanto à venda da produção

A respeito de como os pescadores vêem a diferença dos valores praticados entre o pescado comercializado pela Associação e pelos atravessadores foram obtidos os seguintes dados: 61,28% responderam que há uma diferença e isso para eles é significativo, 19,36% que não percebem essa diferença e 19,36% são “indiferentes” a esses valores. A essa diferença de valores atribuídas ao pescado, pode-se afirmar que a comercialização praticada pela associação possui a

garantia de que a balança está corretamente aferida, além da possibilidade de melhores preços. O preço do quilo dos diferentes tipos de pescado é estabelecido e tabelado pelo Conselho Comunitário de Pesca inserido dentro da Associação de Moradores, a partir das condições de mercado. A venda direta e em maior quantidade permite, inicialmente, que os preços pagos pela Associação aos pescadores sejam maiores que os valores pagos pelos atravessadores. E ainda provocam um aumento dos preços pagos pelos atravessadores.

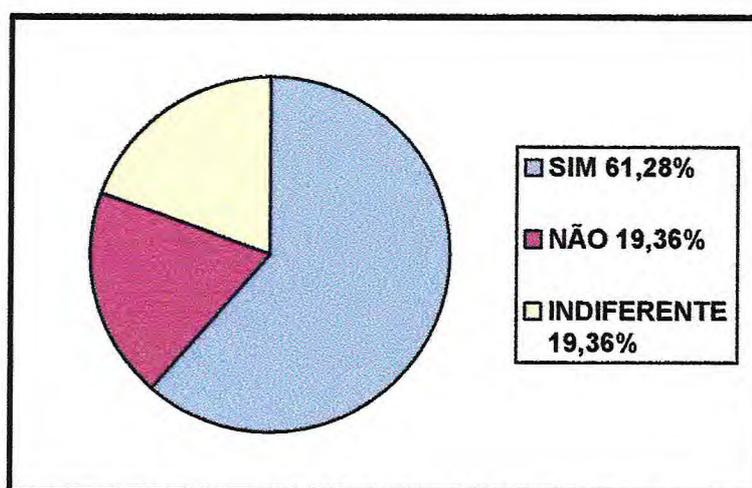


Gráfico 4: Quanto à existência de diferença entre o pescado comercializado pela Associação e pelo atravessador

Questionados quanto ao preço mais justo praticado obteve-se o seguinte resultado: 19,36% afirmaram que são os atravessadores, 25,80% que são os comerciantes locais, veranistas, entre outros (terceiros) e 54,84% afirmaram ser a Associação. Esse resultado pode ser visto, segundo os pescadores, pela seguinte perspectiva: a Associação usa a transparência na pesagem da sua produção e pratica o valor acordado previamente em assembléia. Ainda há pescadores na dependência dos atravessadores, que financiam seus insumos e fazem empréstimos. Fica claro que essa dependência não se extinguiu, mas reduziu-se significativamente. Os pescadores têm a liberdade para vender sua produção a quem melhor pagar, quando podem custear seus próprios insumos.

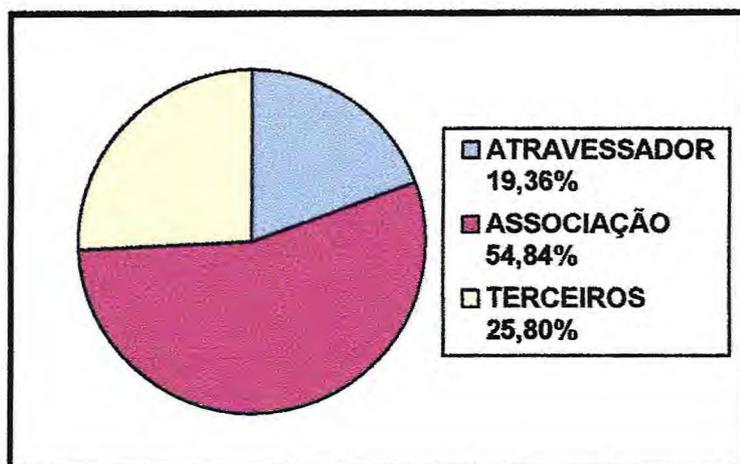


Gráfico 5: Quanto à prática do preço mais justo

Quanto à avaliação da atuação da Associação, 32,25% dos pescadores classificaram como "ótima", 58,06% como "boa" e 9,69% como "regular". Os pescadores avaliam positivamente a atuação da Associação tanto para pesca quanto para a comunidade em geral. Muitas conquistas vêm sendo acumuladas no decorrer dessa trajetória de luta e resistência.

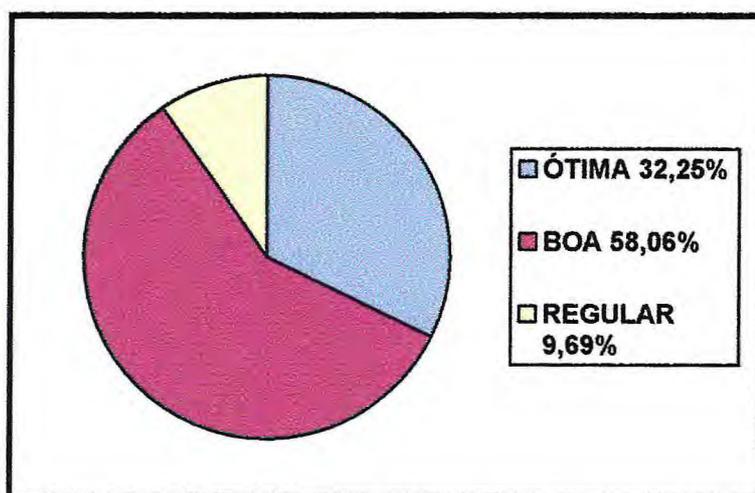


Gráfico 6: Quanto à avaliação da atuação da Associação

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades pesqueiras estão sendo pressionadas pelo processo de desenvolvimento, tanto da atividade pesqueira, como de outros fatores e encontram-se obrigadas a aumentar seu potencial crítico e a construir formas mais eficientes de produzir e se organizar coletivamente.

A comunidade da Prainha do Canto Verde coloca-se em destaque no cenário estadual e até mesmo internacional por sua história de resistência e luta, além da sua posição frente a agravante crise do setor pesqueiro artesanal e industrial do Estado.

Vem sendo objeto de estudo e pesquisa nas mais variadas correntes das ciências humanas e ambientais. Agora numa abordagem organizacional viu-se que essa comunidade é considerada como uma espécie de modelo organizacional para as demais comunidades pesqueiras do litoral cearense, que se encontram esquecidas pelas políticas públicas do nosso país.

Diante do desafio a ser vencido na gestão de produção, no que se refere à comercialização e ao abastecimento dos insumos para pesca, a Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde por meio do seu Conselho de Pesca tem buscado garantir aos pescadores a segurança da autogestão de sua produção, assegurando dessa forma o poder de decidir até mesmo o valor do quilo do pescado através de assembléias. A presença da Associação no canal de comercialização é relevante, pois assume a organização e coordenação do processo cooperativo de comercialização, garantindo ao pescador consciência e segurança na venda de sua produção.

Os pescadores falam da justiça no valor pago pelo pescado, além da transparência na pesagem da sua produção. O que outrora não havia, por conta da dependência dos atravessadores. Fica claro que essa dependência não se extinguiu, mas reduziu-se significativamente. Hoje os pescadores têm a liberdade para vender sua produção a quem melhor pagar, caso esses possam custear seus insumos, fazendo nascer um sentimento de independência neles.

Reconhecer tais estratégias é reconhecer o poder dos pescadores artesanais e seu conhecimento acerca dos processos que atuam nas pescarias, produção e comercialização, seria contemplar os novos enfoques para a autogestão pesqueira artesanal. Os pescadores têm plena participação nas assembléias e fóruns que discutem o futuro da pesca, participam da regulamentação da pesca e estão prontos para assumir um compromisso muito sério, a co-gestão dos recursos do mar, assim como o auto-gerenciamento da produção.

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, H.L.P.S. **Indicadores de qualidade de vida: instrumentos para o monitoramento participativo da qualidade de vida das comunidades costeiras tradicionais, o caso da Prainha do Canto Verde, Beberibe/CE.** Dissertação de Mestrado, PRODEMA/UFC/CE, 2002.

CURY, A. **Organização e métodos: uma visão holística.** 6ed. São Paulo: Atlas, 1994.

CUT, Secretaria Nacional de Formação. **Sindicalismo e Economia Solidária.** São Paulo, 2000.

DIEGUES, A. C.S. (org.). **A Imagem das águas.** São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1993.

LIMA, M. do C. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará: território, costumes e conflitos.** Tese (Doutorado), São Paulo, 2002.

MALDONADO, S.C. **Pescadores do mar.** São Paulo: Ática, 1986.

MOREIRA, M.L. de S. **Pesquisa agrícola e extensão rural: aspectos e mecanismos delineadores da interação institucional.** Dissertação de Mestrado, UFV/MG, 2000.

_____. **Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima.** São Paulo: ANNABLUME, 1994.

MORAIS, C. S. de. **Elementos sobre a teoria da organização no campo.** 2ed. São Paulo: MST, 1986 (Caderno de Formação n.11).

SILVA, J.S. **A “extensão pesqueira” no desenvolvimento das comunidades litorâneas no estado do Ceará.** Dissertação de Mestrado, PRODEMA/UFC/CE, 2003.

UFC, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Ceará. **Curso Básico: Cooperativismo e Autogestão.** Módulo 5.

VEIGA, S. M. **Associações: como construir sociedades civis sem fins lucrativos.** Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

_____. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação.** Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

ANEXO ÚNICO

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PESCADORES

1. O Senhor é participante da associação?

Sim Não

2. A embarcação que o Senhor usa para pesca é:

Própria Da associação De terceiros

3. Como o Senhor vende sua produção?

Por atravessador Repassa para associação
 Usa para sustento próprio Vende para o comércio local

4. Em sua opinião, há alguma diferença se a comercialização do pescado se der através de intermediários ou através da associação?

Sim Não Indiferente

5. Para o Senhor, quem oferece o preço mais justo para o pescado?

Atravessador Associação Terceiros*

6. Como o Senhor avalia a atuação da associação?

Ótima Boa Regular

*Comércio Local / Veranistas / Outros.